



**EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO S.A. (SPCINE)
ATA DA REUNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES AUDIOVISUAIS - LEI ALDIR BLANC**

Às 10 horas e 30 minutos do dia 09 de setembro de 2020, através de videoconferência no Aplicativo Zoom, a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo, situada na Rua Líbero Badaró, nº 293 – conj. 22B – São Paulo/SP, reuniu-se com a Vereadora Soninha Francine, sua assessora Roberta Rosa e representantes das associações do audiovisual através de seus Diretores: Presidente - Laís Bodanzky; Executivos - Maria Luiza de Rezende e Carvalho Andrade e Luiz Francisco Vasco de Toledo; Coordenador - Ricardo Prada; Assessora - Carolina Rodrigues.

INTRODUÇÃO

Laís Bodanzky inicia agradecendo a presença de todos nesta reunião que tem como objetivo trazer o diálogo e a transparência.

Malu Andrade traz atualizações sobre as últimas reuniões do Grupo de Trabalho da Aldir Blanc. Explica sobre o Inciso 3º que dispõe sobre o recurso que será destinado ao setor audiovisual e estima o número de profissionais impactados (cerca de 1.100).

Porém, alerta sobre a nova regulamentação, onde a prestação de contas total deve ser realizada até o dia 31 de junho de 2021. Este fato acaba inviabilizando projetos de audiovisual (como, por exemplo, a produção de um longa-metragem) e, por isso, comunica que já foi enviado um ofício para o Ministério do Turismo solicitando maiores esclarecimentos sobre prazos tão curtos.

Malu expõe a necessidade da Spicine de criar um plano alternativo, visto que não há tempo hábil de aguardar a resposta do Governo Federal sobre a mudança de entendimento. Este plano B consiste em acelerar o prazo realizando um processo de premiações e não de editais (como é o habitual na Empresa, mas que demanda maior tempo de ação). Assim, o valor seria executado até dezembro e o pagamento seria realizado numa parcela única.

Malu explica sobre as matrizes socioeconômicas que serão utilizadas nas pontuações, bem como sobre os recortes sugeridos para cada linha específica. E, por fim, solicita auxílio das entidades e associações do audiovisual para chegar num consenso para a entrega final.

O segundo ponto levantado por Malu é um apelo para engajamento do setor, graças à pressão e críticas recebidas por alguns grupos de cultura. Estes questionam o valor disponibilizado e fazem pressão contrária às linhas específicas destinadas ao audiovisual.

Mauro D'Addio solicita um esclarecimento do orçamento da Lei Orçamentária Anual e da Lei Aldir Blanc. Afirmar não ser possível batalhar uma linha que não contemple orçamento de produção e defende que os valores para finalização de animação sejam maiores, pois é a fase mais cara. Levanta a questão de como seria feita a análise dos roteiros para premiação nesta nova configuração da Lei Aldir Blanc, para evitar fraudes.

Malu Andrade afirma que não há tempo hábil para contratação de um comitê de seleção e, por isso, neste momento a análise vai precisar ser objetiva. Como se trata de uma lei emergencial, o pensamento é focado em colocar dinheiro no mercado principalmente para quem é mais necessitado. Porém, ressalta que sem uma comissão julgadora se perde o mérito de saber se o melhor roteiro e o melhor filme estão sendo escolhidos.

E sobre a LOA, Malu afirma que o diálogo deve ser realizado com o Poder Executivo e Legislativo também, que são os responsáveis por batalhar e liberar tais recursos.

Vinicius Nascimento complementa as informações passadas por Malu. Afirmar que na Lei Aldir Blanc assim como no Decreto Federal Regulamentador, o prazo seria de 60 (sessenta) dias para destinar este recurso aos beneficiários. E, para isso foi realizada a alternativa de premiações, com o objetivo de agilizar os processos envolvidos. Contextualiza que num edital regular de fomento da Secretaria Municipal de Cultura há um prazo de recebimento de recurso de 90 a 120 dias.

Renan Rovida afirma que não entendeu acerca do critério de finalização de filmes e ressalta que muitos filmes que precisam do apoio para finalização são feitos independentes de edital (principalmente documentários) e estes não têm o orçamento da Ancine para ser contemplados. Renan questiona os valores estimados para a premiação de curtas-metragens e faz a proposta de contemplar 8 documentários e 7 ficções.

Malu Andrade afirma que a questão da finalização pode ser pensada, mas que o critério fora o fato da Ancine ser o órgão máximo regulador e que o mercado tem que estar trabalhando dentro dessas diretrizes. Complementa que os projetos registrados nesta agência já entraram para tentar captação de alguma maneira. E isso dá credibilidade de que o projeto está realmente em estágio de finalização.

Augusto Bicalho sugere que, para todos os projetos, principalmente curta e roteiro, seja realizada a inscrição junto com um pdf para resumir o projeto para mostrar que já existe.

Este PDF pode conter uma sinopse, imagens de referências e justificativa, ajudando a peneirar melhor os contemplados. Afirmar que, em seu entender, pelo critério emergencial, visando o longo prazo, é mais interessante que invista em projetos que terão alguma continuação de trabalho, mais do que finalização.

Considera que as linhas de roteiro e produção de curta metragem sejam mais interessantes pelo caráter emergencial. Afirmar que o valor é baixo para ter uma alta qualidade e alerta sobre a importância de escolher investir em projetos que virarão produtos de qualidade, do que em produtos que já serão precarizados desde sua produção.

Raquel Valadares complementa que o portfólio é um dos itens de pontuação para curtas, formação e roteiro, mas considera estranho não ter nenhum check de um documento com alguns caracteres mesmo que não haja uma comissão julgadora. Afirmar que todos os projetos nascem de um argumento e que sugere, também, que este deve entrar como um campo de preenchimento obrigatório. Para os filmes que não passaram pela Ancine, Raquel sugere que a Spcine abra um pré-cadastro para habilitar estes projetos.

Malu Andrade afirma que é necessário realizar uma mínima equação para que balanceie o resto, afinal esta lei será uma corrida contra o tempo e a Spcine não tem tempo hábil de analisar estes pré-cadastros sugeridos. Reconhece que quanto mais objetivo e com menos documentos, mais ajudará na contemplação.

Renato Cândido traz questões sobre a comprovação de trabalho, pensando nas pessoas pretas que não possuem um fluxo de trabalho tão grande assim, se poderia ser uma carta da associação, falando que a pessoa faz parte.

Bem como, além de curta, pergunta se caberia nesta linha os clipes também, que estão sendo produzidos em massa.

E questiona os critérios com relação aos curtas e da finalização: se estão pensando em metas, se haverá uma porcentagem de pessoas pretas, como será observado tal cenário de metas. E, por fim, faz uma provocação acerca da prestação de contas, se além da entrega do produto, é necessário saber se a pessoa fez um bom gasto do dinheiro público (para onde este dinheiro foi, quantas pessoas foram beneficiadas, para termos dados de observatório).

Malu Andrade declara que há uma imensa preocupação em como fazer valer de que o recurso seja distribuído para os realmente necessitados e fiscalizado devidamente. Porém, as sugestões de inscrição com projeto ficam difíceis pelo fato de contemplar mais de 1000 contratos.

Ricardo Prada afirma que, do ponto de vista de gestão, se houver pedido de PDF para cada projeto, é necessário pensar em quem vai analisar. Pois geralmente são as comissões que analisam os projetos e estas tem notório saber.

Ressalta que será necessário tentar mitigar, porém é fato que haverão tentativas de fraude. Para este controle, a análise pode ser realizada posteriormente, pois o prazo para isto acontecer previamente é muito curto. Afinal, expõe: são 60 (sessenta) dias para empenhar um e liberar este recurso: um edital de 20 (vinte) dias, 20 (vinte) dias para avaliação e 20 (vinte) dias para empenho e pagamento. Ricardo relembra que o pensamento em máquina pública acaba desumanizando os funcionários, mas que estes são mobilizados para resolver estas questões.

Malu Andrade complementa que está sendo realizada a mobilização da Secretaria de Cultura para que seja possível operacionalizar esta premiação em 60 (sessenta) dias. Afirma que a maioria dos documentos são auto-declaratórios, uma alternativa seria pedir a posteriori o orçamento

Renan Rovida complementa que percebe que os coletivos de audiovisual não entram nas linhas de coletivos e que os prêmios são baixos, muitas pessoas acabam não ficando nem em um lugar, nem em outro. E ressalta sobre a questão do portfólio também, se seria viável uma análise de auto-declaração para incluir essas pessoas.

Luiz Toledo afirma que a preocupação da Spcine para todas as ações, principalmente as mais estratégicas para a população, é debater com os representantes do audiovisual. Ressalta sobre a existência de um Comitê Consultivo com associações e sindicatos que representam a classe para estar a par das ações da Empresa.

Nesta discussão de lei, declara sobre o cuidado de envolver, também, o Poder Legislativo pela importância que a Vereadora Soninha tem no setor cultural como um todo. Assim, a preocupação é que haja a defesa de que essas ações de enfrentamento à pandemia estão sendo feitas com todo cuidado possível e que estamos extremamente abertos para contribuições e em busca de fortalecer o setor no sentido político horizontal. Dessa forma, não se trata de um partido ou outro, de uma gestão ou outra, mas sim, de uma ação emergencial para que seja entendida como de fato é, coletiva de várias mãos, no sentido de ter um ação mais abrangente e impactante, que faça sentido.

Sendo assim, estamos abertos a contribuições para discutir e explicar a todos e gostaríamos de contar com vocês nessa defesa. Afinal, é uma ação aberta, popular e participativa que desde o início teve o cuidado de ouvir todo o setor para que faça sentido para aqueles que serão contemplados por essa lei. Destarte, há o cuidado para que nada seja investido na gestão desse projeto, para que este dinheiro vá todo para as pessoas.

Malu Andrade ressalta que todas as sugestões foram anotadas e serão analisadas para que o documento final contemple as inúmeras vozes do setor audiovisual.

Reunião finalizada às 13h00

Lista de presença

- **Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (Sp cine)**

Laís Bodanzky - Diretora Presidente

Luiz Toledo - Diretor Executivo

Malu Andrade - Diretora Executiva

Ricardo Prada - Coordenador de Desenvolvimento Econômico e Editais

Carolina Rodrigues - Assessora da Diretoria

- **Secretaria Municipal de Cultura**

Vinícius Nascimento - Coordenador de Fomento

- **Câmara Municipal de São Paulo**

Soninha Francine - Vereadora

Roberta Rosa - Assessora parlamentar

- **Associação Brasileira de Cinema de Animação (ABCA)**

Representante: Augusto Bicalho

Ouvinte: Camila Kater

- **Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API)**

Representante: Raquel Valadares

Ouvinte: Lara Lima

- **Associação Paulista de Cineastas (APACI)**

Representante: Mauro D'Addio

- **Associação Brasileira de Autores Roteiristas (ABRA)**

Representante: Carolina Kotscho

Ouvinte: Mariana Brasil

- **Associação dxs Profissionais do Audiovisual Negro (APAN)**

Representante: Renato Lima